

Estatuto da Família: fundamentalismo contra os direitos LGBT, por Débora Vaz

(CFEMEA, 09/05/2014) Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6583/13, conhecido como Estatuto da Família. O objetivo do PL é definir o conceito de família como entidade familiar o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável. Também considera família a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, por exemplo: uma viúva ou viúvo e seus filhos; um divorciado, uma divorciada ou mãe solteira com seus dependentes. Este projeto é um forte exemplo das garras do conservadorismo que toma conta do legislativo brasileiro. O criador do PL, Anderson Ferreira (PR-PE) é evangélico, assim como o relator da proposta, deputado e pastor da Assembleia de Deus, Ronaldo Fonseca (Pros-DF). Ele quer acabar com os direitos já conseguidos pela comunidade LGBT e deslegitimar a família que não se encaixa nos padrões heteronormativos impostos pelos “auto representantes de Deus”.

Fonseca também pretende incluir no texto dois temas não menos polêmicos: a internação compulsória de pessoas dependentes de drogas e o debate sobre a Lei da Palmada, que proíbe o uso de castigos físicos em crianças e adolescentes. O projeto propõe que a família receba assistência especializada para o enfrentamento do abuso de álcool e drogas e determina que o governo preste apoio às adolescentes grávidas, e que seja dada prioridade na tramitação de processos em demandas que ponham em risco a “sobrevivência da entidade familiar”. Na avaliação do parlamentar, a sociedade não pode aceitar a “ditadura de uma minoria”, referindo-se aos homossexuais. Fonseca nega ser fundamentalista religioso, mas se define como “conservador”. Em debate sobre o tema no programa Repórter Brasil, da TV Brasil, na noite de quarta-feira (7), ele reiterou o termo “ditadura de uma minoria”, ressaltou que a família natural é formada por “papai homem e mamãe mulher”.

Por videochat em que debateu nesta terça-feira (6), com internautas, a criação do Estatuto, Fonseca defendeu o amplo debate com a sociedade em torno deste tema polêmico, “Não vamos fazer leis de costas para sociedade. Vou fazer muitas audiências públicas”, disse o relator.

Na última quarta-feira (7), em uma das audiências públicas para o debate na Câmara - parece que ainda teremos muitas - a comissão especial que analisa o Estatuto ouviu o pastor Cláudio Duarte, que tem longo histórico de aconselhamento a casais religiosos.

Fonseca quer ainda que participem deste debate o pastor Silas Malafaia e o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta. Para contrapor este mar de homofobia, ele quer ouvir o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Brito, que foi o relator do processo sobre união homoafetiva no Supremo (Britto votou a favor). Mas o convite à Britto também diz respeito ao fato de que Fonseca acredita que o reconhecimento de uma família homoafetiva é inconstitucional. “O estatuto não pode divergir da lei maior que é a Constituição. O artigo 226 diz exatamente isso. Se nós queremos outro modelo, temos que mudar a Constituição”, justificou Fonseca. Segundo ele, os próprios ministros do STF reconheceram que a decisão final caberia ao Congresso Nacional, por meio da legislação.

Interpretação do STF

Para ele, o Supremo errou ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com o entendimento de que quando a Constituição fala em homem e mulher não trata de gênero, mas sim de direitos. “Após isso começou a balbúrdia e o Conselho Nacional de Justiça obrigou os tribunais a validarem casamentos de pessoas do mesmo sexo”, disse Fonseca.

Em resposta à internauta Nanda, que questionou a perda de direitos por membros de famílias que não se enquadrarem no conceito previsto no estatuto, o deputado disse que, sob o ponto de vista da lei, crianças adotadas por casais homoafetivos atualmente não são reconhecidas. “O que temos é uma interpretação do STF sobre essa questão”, disse Fonseca. “O problema todo é o conceito de família. Se o critério é afetividade, por que não incluir o cachorro, o gato? Não tem afetividade?”, questionou.

Para o deputado, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reconhecido a união homoafetiva, o Congresso é o responsável pelas leis do país: “O STF não tem a palavra final. Não é rebeldia em relação ao Supremo, quem legisla é o Congresso”.

*Com Agência Câmara e Agência Brasil

[MP do Rio abre inquérito sobre cartilhas homofóbicas e machistas na rede estadual](#)

(O Dia, 26/07/2014) O Ministério Público Estadual abriu inquérito para investigar a suposta distribuição de cartilhas que incentivariam a homofobia e o machismo, por parte da Secretaria de Estadual de Educação do (Seeduc), durante o 10º Fórum de Ensino Religioso (ER), em março. A matéria foi publicada com exclusividade pelo DIA no início deste mês.

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, através da promotora Renata Scharfstein, vai averiguar denúncia feita pelo Grupo de Pesquisa Ilé Oba Òyó, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), de que o material tem conteúdo discriminatório e se a Seeduc deu “privilegio a determinado segmento religioso”.

Intitulado ‘Keys to Bioethics’ (Chaves para a Bioética), o manual teria sido distribuído a pelo menos 100 professores no fórum. De acordo com Stela Guedes, coordenadora do Ilé Oba Òyó, as 80 páginas da cartilha são “recheadas de conservadorismo, homofobia e discriminação contra a mulher, com ilustrações perversas e debochadas”.

“O fato do Ministério Público ter acatado nossa denúncia e decidir investigar o que está acontecendo com o Ensino Religioso no Rio de Janeiro é uma vitória. Uma só religião não pode continuar achando que as escolas públicas são suas salas de catequese e é isso que vem acontecendo com a conivência dos sucessivos governos. Queremos uma escola laica, inclusiva

e que eduque para os Direitos Humanos, não o contrário, como esse manual da bioética ensina”, opinou Stela.

De acordo com o Ilé Oba Òyó, a cartilha, feita por entidades ligadas à Igreja Católica, condena a adoção de crianças por casais homossexuais, métodos contraceptivos e o aborto, mesmo em casos de estupro. Tudo baseado em supostos estudos científicos e na Bíblia. Na ocasião, a Seeduc informou que o “encontro (fórum) foi para oportunizar reflexões e diálogos sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2014 ‘Fraternidade e Tráfico Humano’ (da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB). Nos próximos dias, OMP vai convocar representantes da Seeduc para prestar esclarecimentos.

Acesse o PDF: [MP: cartilha polêmica na mira \(O Dia, 26/04/2014\)](#)

[Orgulho gay ferido em Uganda](#)

(O Estado de S. Paulo, 20/03/2014) Em 2012, eu vivia em Uganda e trabalhava numa organização sem fins lucrativos na zona rural, distante dos amigos de meu país. Sendo gay e solteiro, ansiava por uma vida em comunidade. Contatei Frank Mugisha, diretor executivo da Sexual Minorities Uganda, organização que congrega os grupos de defesa dos direitos dos gays, depois de ler um ensaio escrito por ele. Por meio de Frank, conheci Richard Lusimbo, diretor de pesquisa da mesma organização e depois outros membros da vibrante comunidade LGBT de Uganda.

Eles são algumas das faces que precisam permanecer ocultas da sociedade e não confiam facilmente em estranhos. Com a ajuda desses amigos, fiz um projeto fotográfico para a revista americana The Advocate, em que membros da comunidade LGBT contavam suas histórias, muitos pela primeira vez. Meu ensaio foi publicado no website da revista em janeiro de 2012 e na sua edição impressa de fevereiro/março.

Foi um ato de coragem dos ugandenses participar desse projeto. Eles sabiam que as fotografias estariam na internet. Discutimos muito sobre as consequências se as fotos fossem vistas em Uganda. Eles entenderam que, de modo irreversível, estavam saindo do armário. Mas estavam orgulhosos de participar de uma história importante.

Em 24 de fevereiro, tudo mudou. Neste dia, o presidente Yoweri Museveni sancionou lei contra a homossexualidade. Dois dias depois, o maior tabloide de Uganda, Red Pepper, publicou um artigo intitulado “A homossexualidade pode causar doenças mentais, alerta médico”. O artigo foi acompanhado de uma foto - também publicada por The Advocate -, que eu havia tirado durante a primeira parada gay de Uganda em 2012, mostrando dois ugandenses com um largo sorriso. O jornal não pediu autorização para publicá-la.

O pior momento para mim e meus amigos ativistas ocorreu no dia 28, quando o Red Pepper republicou - novamente sem minha permissão - a versão do meu ensaio fotográfico para a revista americana. A reportagem tinha o título “Conhecidos gays ugandenses contam francamente: como nos tornamos homossexuais”. Meu nome foi colocado nos créditos como se

eu fosse um dos repórteres do jornal. Algumas palavras foram mudadas e as fotos foram recortadas para eliminar minha marca d'água. A revista jamais foi contatada nem mencionada nos créditos.

Uganda tem leis rigorosas contra violação de direito autoral. Embora aqueles que participaram do ensaio e eu soubéssemos que as fotos e as histórias poderiam algum dia ser usadas contra nós, jamais pensamos que o projeto inteiro seria roubado. Alguns ugandenses muito provavelmente já tinham visto as fotos, mas a apropriação indevida pelo Red Pepper quis distribuir o material de maneira odiosa.

Meu amigo Richard, nomeado no artigo, contatou-me em Portland. Disse que seu telefone não parava de tocar. Amigos repentinamente se tornaram inimigos homofóbicos, insultando-o com palavrões. A vida de meus amigos estava em risco. Contatei os ugandenses envolvidos por e-mail e Skype. Alguns haviam encerrado suas contas em redes sociais e desligaram seus telefones. Quase todos estavam em estado de choque. Vários estavam histéricos. Outros estavam calmos, mas enfurecidos com o roubo mal-intencionado.

Elijah, que também vive em Uganda, contou-me que estava no trabalho quando colegas se aproximaram com um exemplar do jornal. O grupo, encolerizado, expulsou-o dali em meio a gritos e ameaças. Quando eu o contatei, ele caminhava pelas ruas de Masaka, cidade distante várias horas de ônibus da sua casa. "O que devo fazer?", ele gritou no telefone. "Perdi tudo."

Senti-me culpado e responsável. Com amigos em Uganda, trabalhamos para encontrar alojamento temporário para Elijah. Muitos dos que contribuíram para o meu ensaio foram obrigados a mudar de localidade ou se esconder. Um fugiu do país. Várias, como Elijah, perderam o emprego.

Muitos ugandenses são contrários à nova lei e muitas decisões de tribunais do país em ações de direito civil impetradas por homossexuais têm sido favoráveis a eles. Vários tiveram seu nome revelado em 2009 pelo tabloide ugandense Rolling Stone (sem relação com a revista de música americana). Eles moveram ação contra os responsáveis e venceram, numa decisão que qualificou a reportagem da revista, revelando nomes de pessoas, uma ameaça "a direitos e liberdades fundamentais". O tabloide posteriormente encerrou suas atividades.

Moverei uma ação judicial em Uganda por violação de direito autoral contra o tabloide Red Pepper. Até o momento, a The Advocate, a mais antiga publicação que luta pelos direitos da comunidade LGBT nos EUA, relutou em se envolver. Depois da publicação não autorizada do ensaio, a revista removeu a versão online do trabalho. O editor Lucas Grindley disse que antes de republicar o documento desejava contatar os participantes para lhes dar uma chance de "reafirmar sua intenção de resistir frente a essas novas e aterrorizadoras condições".

**Denver David Robinson trabalha para uma organização de desenvolvimento internacional.*

TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO

Acesse o PDF: [Orgulho gay ferido em Uganda](#)